

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.893 - PR (2019/0068188-4)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : JOSÉ ADEMIR LEAL BARBOSA
ADVOGADOS : MAURO CAVALCANTE DE LIMA E OUTRO(S) - PR013096
VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE E OUTRO(S) -
DF026778
EMBARGADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ UFPR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR, FACE A EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão, assim ementada (fl. 336):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. VIOLAÇÃO DO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR, FACE A EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. NÃO OCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO FIRMADO PELA CORTE ESPECIAL. ERESP 1.169.126/RS E RESP 1.340.444/RS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

O embargante sustenta que o *decisum* contém o vício de omissão, porquanto deixou de manifestar-se acerca da aplicação da recente modulação dos efeitos da decisão proferida no REsp 1.336.026/PE (Tema 880/STJ) ao caso dos autos. Defende, desse modo, o acolhimento dos presentes aclaratórios, com atribuição de efeitos infringentes, para que seja aplicada a modulação da tese firmada no Tema 880/STJ, afastando-se a prescrição.

Sem impugnação.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material, o que não se verifica na espécie.

Com efeito, a par das alegações apresentadas nos presentes aclaratórios, registra-se que a matéria apreciada no REsp 1.336.026/PE (Tema 880/STJ) - prazo prescricional de execução de sentença em caso de demora no fornecimento de documentação requerida ao ente público -, não tem relação com o tema julgado no presente feito, o qual restringe-se a definir se o ajuizamento da execução da obrigação de fazer interrompe ou não o prazo para a propositura da execução da obrigação de pagar.

Nesse contexto, o acórdão embargado dirimiu a controvérsia ao consignar que o entendimento firmado pela instância ordinária acerca da ocorrência da prescrição da

Superior Tribunal de Justiça

execução da obrigação de pagar encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte no sentido de que o prazo prescricional para a pretensão executória é único e o ajuizamento de execução da obrigação de fazer não interrompe o prazo para a propositura da execução que visa o cumprimento da obrigação de pagar. Esse entendimento, a propósito, foi ratificado pela egrégia Corte Especial deste Tribunal, no julgamento do Recurso Especial 1.340.444/RS, acórdão publicado no DJe de 12/6/2019.

Anote-se, por oportuno, que no caso concreto sequer foi analisada eventual dependência do fornecimento pelo executado dos documentos ou fichas financeiras para que a servidora ingressasse com o pedido de cumprimento de sentença, haja vista que tal temática em nenhum momento foi suscitada pelas partes.

Assim, evidencia-se não ter ocorrido falta de clareza, insuficiência de fundamentação ou erro material a ensejar esclarecimento ou complementação do que já decidido.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Advirta-se, por fim, que eventual oposição de novos embargos de declaração sem argumentação plausível para o recurso, apenas para solicitar rejuízo da controvérsia, pode ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator